

2

Mapeando planos sociais: a imagem de “Ameaça Climática” como discurso complexo

A julgar pela forma com que a ameaça climática tem sido retratada pela comunidade internacional, é o potencial desestabilizador proveniente da combinação dos impactos de segurança humana e os efeitos geopolítico/militares do fenômeno o que justifica o seu enquadramento como uma questão de segurança. Seus efeitos ecológicos, econômicos, institucionais e humanitários, de um lado, e aqueles mais estritamente ligados a questões de defesa e à inserção geoestratégica dos Estados afetados, do outro, são todos interligados em um ciclo vicioso, no qual um tipo de impacto contribui para o agravamento dos demais. Tal como Podesta e Ogden resumem, a percepção corrente em meio ao debate político internacional é a de que,

(...) once underway, this chain reaction becomes increasingly difficult to stop. It is therefore critical that policymakers do all they can to prevent the domino of the first major climate change consequence, whether it be food scarcity or the outbreak of disease, from toppling (Ogden e Podesta, 2007, p.115).

A descrição que o IV relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) oferece dos impactos potenciais do fenômeno é ilustrativo quanto à forma multifacetada com que a comunidade internacional tem abordado o nexo entre segurança e clima. Segundo o grupo de trabalho da organização que trata dos “impactos, adaptação e vulnerabilidade global” às mudanças climáticas, os efeitos da variação do clima podem ser analisados sob inúmeras perspectivas, de acordo com suas implicações para sistemas sociais globais, sistemas sociais regionais, sistemas biológicos globais ou em função dos seus impactos sobre sistemas geofísicos, por exemplo (IPCC Working Group II, 2007, capítulo 19). A listagem dos impactos potenciais do fenômeno mantém o mesmo grau de diversidade. Da combinação dos riscos que as mudanças climáticas impõem sob cada um desses prismas, o relatório aponta: o comprometimento da produção de alimentos e a conseqüente ameaça à segurança alimentar; os impactos do fenômeno sobre a infra-estrutura governamental; suas conseqüências para a saúde humana e animal; conflitos provocados por disputas

por recursos naturais tornados escassos; tensões geopolíticas alimentadas por fluxos de refugiados ambientais; colapso econômico, decorrente da diminuição do poder de compra das populações afetadas e da desorganização da *supply chain* global; comprometimento do fornecimento de água; aceleração do degelo ártico e antártico; aumento do número de ciclones; mais incêndios; enchentes; queimadas e assim por diante (Idem).

A mesma compreensão multifacetada da ameaça climática pode ser capturada nas declarações dos países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas durante a emblemática reunião de 2007, em que os efeitos do fenômeno sobre a estabilidade internacional foram debatidos pela primeira vez. O documento de discussão preparado pela delegação britânica é exemplar nesse sentido. Ao mesmo tempo em que defende a concentração do debate naquelas implicações das mudanças climáticas mais estritamente ligadas à manutenção da segurança internacional, como conflitos provocados por recursos naturais ou tensões políticas provocadas por fluxos abruptos de “refugiados climáticos”, o texto acaba envolvido pela complexidade do nexos segurança e clima ao reconhecer o potencial desestabilizador de suas implicações menos diretas, como “*societal stress*” e “*humanitarian crisis*”.¹⁷

A declaração japonesa lida de maneira ainda mais explícita com o caráter dual do discurso de segurança climática. Relacionando seus efeitos de defesa e os impactos sobre a segurança humana do fenômeno, o representante do país no Conselho sugere que,

In the foreseeable future climate change in all its manifestations may well create conditions or induce circumstances that could precipitate or aggravate international conflicts, and therefore it has serious potential national and international security implications. Also, as noted in the recent IPCC report (...), global warming will generate conditions and circumstances that can impact negatively on development and poverty reduction strategies in a variety of ways. Food production may be affected, natural disasters increased in number and intensified, the supply of fresh water diminished, and infectious diseases become more rampant, and so forth. Clearly, the implications for human security would also be quite serious (Minha ênfase).¹⁸

Discursando em nome dos países membros da União Européia, por sua vez, a Ministra alemã Wierczorek-Zeul contradiz a centralidade dada pela

¹⁷ Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org>> Acesso em: 02 de junho de 2010.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2007/un0704-2.html>>. Acesso em: 02 de junho de 2010.

delegação britânica à dimensão de segurança geopolítica e militar do fenômeno e deixa transparecer uma preocupação especial com suas repercussões sobre as condições mínimas de segurança humana nas regiões mais pobres do mundo. Segundo ela, embora não se possa negar a contribuição das mudanças climáticas para a eclosão de conflitos, é sua capacidade de amplificar fragilidades estruturais o que as torna uma questão de segurança realmente alarmante. Como ela sugere,

Certainly a wide range of interacting factors such as ethnic tensions, trans-border disputes, inequalities in societies, population movements and failed states can contribute to armed conflict. But climate change will become an ever more important factor among *root causes* for conflict as the climate will continue to change at a faster rate (Minha ênfase).¹⁹

A forma multifacetada com que a comunidade internacional tem caracterizado a ameaça climática também se faz sentir na descrição que o Alto Representante para Assuntos de Segurança e Política Externa da União Europeia, Javier Solana, oferece dos impactos do fenômeno, bem como na caracterização destes impactos encontrada no relatório do Conselho Europeu, que endossa a sua posição. Solana abre o relatório *Climate change and international security* com a assertiva de que “os riscos representados pelas mudanças climáticas são reais e seus impactos já estão tendo efeito”.²⁰ Na descrição que oferece do nexo entre o tema e a agenda de segurança internacional, a natureza complexa do problema aflora:

Climate change is best viewed as a threat multiplier which exacerbates existing trends, tensions and instability. The core challenge is that climate change threatens to overburden states and regions which are already fragile and conflict prone. *It is important to recognize that the risks are not just of a humanitarian nature*; they also include political and security risks that directly affect European interests. Moreover, in line with the concept of human security, *it is clear that many issues related to the impact of climate change on international security are interlinked* requiring comprehensive policy responses.²¹

¹⁹ Disponível em: < http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_6953_en.htm>. Acesso em: 02 de junho de 2010.

²⁰ Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/reports/99387.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2010.

²¹ Idem, p.2. Minha ênfase.

Endossando as conclusões de Solana, o Conselho Europeu publicou, em novembro de 2009, as suas *Conclusões sobre o nexó entre Mudanças Climáticas e Segurança*. Em seu terceiro parágrafo, o documento aponta como potenciais implicações de segurança do fenômeno:

(...) increased natural disasters and conflicts over scarcer resources, its effect on migration and state and regional instability, which will add additional stress on the increasingly interdependent global system and structures (Council of the European Union, 2009, p. 1).

Ao mesmo tempo em que dá destaque aos impactos geopolíticos e de defesa da ameaça climática, quando defende o envolvimento do bloco na prevenção de tensões provocadas por migração forçada e escassez de recursos, o documento relembra a necessidade de se lidar com os seus efeitos humanitários. Como o relatório afirma em seu quarto parágrafo, é preciso que o bloco esteja ciente de que “more vulnerable parts of human society in developing countries and emerging economies will be adversely affected, and will need our support” (Idem).

Não temos com estes exemplos a pretensão de exaurir as manifestações recentes do tratamento securitário complexo que vem sendo impresso às mudanças climáticas em meio à comunidade internacional.²² Mesmo essa pequena amostra nos permite sugerir, porém, que, na medida em que avançou a convicção sobre os efeitos potenciais do fenômeno climático, a definição da imagem de ameaça climática também se tornou mais difusa e abrangente. O fato de as mudanças climáticas representarem ao mesmo tempo uma ameaça para a saúde humana, afetarem a capacidade de Estados em prover água e comida para seus cidadãos ou favorecerem a eclosão de guerras em função da disputa por poços de petróleo no Ártico só alimenta essa percepção securitária multifacetada. Da forma com que o debate político lida com o tema, em suma, as mudanças climáticas são cada uma dessas coisas, e todas, ao mesmo tempo, e é exatamente por isso que representam uma questão de segurança tão latente.

²² Para análises mais pormenorizadas que se propõem a elencar os exemplos recentes de tratamentos securitários impressos às mudanças climáticas ver: Brauch, 2004, 2008, 2009, 2010; Detraz e Betsill, 2009;

2.1

Objetivo da pesquisa: mapear a complexidade do discurso sobre segurança climática

O agrupamento dos diferentes impactos do fenômeno sob um rótulo securitário genérico está longe de atingir o mesmo grau de consenso em meio à literatura acadêmica dedicada ao tema. O que para o debate político internacional é aceito *en passant* – o fato de que o conceito de segurança climática se presta a diferentes enquadramentos, que tomam diferentes setores e objetos como referentes – para o debate especializado é motivo de contenda. Devemos entender as mudanças climáticas como uma ameaça à segurança nacional ou à segurança humana? Qual dos dois enquadramentos é mais útil com vistas à operacionalização de respostas ao problema? Qual deles é mais recomendável, de um ponto de vista normativo? São algumas das questões em torno das quais o debate teórico tem se batido.

Até o momento, o descompasso entre aceitação *en passant* e problematização tem sido atribuído ao hiato que se reconhece haver entre a produção teórica e aquela *policy oriented*; um exemplo da “falta de conexão” que marca o relacionamento entre acadêmicos e praticantes.²³ Para a comunidade política internacional, o potencial catastrófico das alterações climáticas fala por si só e o tratamento das mudanças climáticas como uma questão de segurança dispensa maiores questionamentos. As reticências da discussão acadêmica são associadas a seu formalismo e propensão à exegese. Para tomarmos emprestada a metáfora de Villunsem e Büger, “The image of the ivory tower researcher with no connection to the outside world is a popular variant of this imaginary” (Villunsem e Büger, 2007, p.420). Como resposta à postura pragmática da discussão política, em contrapartida, o debate acadêmico encara o tratamento multifacetado dado ao tema como pouco reflexivo. A forma com que a comunidade internacional agrupa sob um discurso genérico de “ameaça climática” implicações tão diversas do fenômeno é questionada por não respeitar a suposta especificidade do conceito de segurança, não avaliar a compatibilidade normativa entre os diversos enquadramentos possíveis do tema e ignorar as implicações políticas da variabilidade do objeto referente. Julgado do ponto de vista acadêmico, em suma,

²³ A última convenção da International Studies Association teve este hiato como tema central, como se vê pelo seu título “ISA 2010, Theory Vs. Policy? Connecting Scholars and Practitioners”

o tratamento securitário genérico é aceito como útil como recurso midiático, mas taxado como algo que precisa ser “desconstruído” de um ponto de vista teórico (De Wilde, 2009); uma securitização que se encontra “all dressed up, (but) with nowhere to go” (Waeber, 2009).

Se evitarmos tomar partido nessa discussão, o contraste entre debate político e análise teórica oferece um ponto de partida importante para a reflexão. Como ele nos indica, por mais “metodologicamente nocivo”, “normativamente indesejável” ou “conceitualmente impossível” que seja, o discurso genérico de ameaça climática encontra-se a tal ponto difundido em meio ao discurso político que a literatura acadêmica é obrigada a tomá-lo como ponto de partida para suas análises. O que se pode depreender desse contraste, portanto, é que, a despeito de toda problematização acadêmica, o conceito de segurança climática, em sua natureza essencialmente contestada, continua se difundindo como diretriz para a prática política.

O objetivo desta dissertação é analisar a difusão desse discurso em sua complexidade. Nossa percepção inicial é a de que a literatura acadêmica se apressa em julgar validade empírica ou normativa, bem como em derivar conclusões sobre impactos políticos que o fenômeno exerce sobre nossas compreensões de espaço e tempo características à compreensão moderna de segurança, sem que tenha, antes, domínio das diferentes concepções possíveis do conceito de segurança climática.²⁴ Em outras palavras, a crítica que gostaríamos de direcionar à forma com que a literatura acadêmica corrente tem problematizado o discurso de ameaça climática até o momento é a de que, embora sirvam para alimentar uma discussão prolixa sobre o nexos entre segurança e clima, as problematizações do tipo “qual tratamento é empiricamente embasado?” ou “qual deles é normativamente pertinente” não nos levam muito longe quando se trata de entender os desdobramentos que as inúmeras concepções possíveis do conceito de segurança climática exercem sobre a compreensão moderna de segurança. Propomo-nos a mapear a complexidade do discurso sobre os impactos de segurança das mudanças climáticas, portanto, não pelo “prazer do mapeamento”

²⁴ A pesquisa usa de forma intercambiante as noções de complexidade do “discurso sobre ameaça climática”, do “conceito de segurança climática” e do “nexo segurança e clima”. Todas essas expressões servem como forma de nos referirmos ao discurso que se forma como subproduto do plano social em que está em questão a compreensão social que se faz dos impactos de segurança do fenômeno.

ou como um exercício de análise discursiva autocontido, mas por acreditarmos que apenas o domínio dessa complexidade nos permite avaliar os impactos políticos da “securitização” do fenômeno.

Em vez de explicar a nossa proposta em termos abstratos, porém, a melhor maneira de definir o que queremos dizer quando nos propomos a estudar difusão do discurso sobre segurança climática em sua complexidade é contrastar o nosso objetivo inicial com os tipos de análise já desenvolvidos sobre o nexo segurança-clima. Na discussão que se segue construiremos nosso problema de pesquisa por negação, usando como contraponto as literaturas empírica e normativa dedicadas ao tema.

2.2

Análises empíricas: demonstrando o nexo entre as mudanças climáticas e a eclosão de conflitos

Destarte, o exercício a que nos propomos precisa ser diferenciado daquelas análises voltadas a demonstrar e/ou refinar o *embasamento empírico* do nexo segurança e clima. Por análises empíricas, nos referimos aos estudos que se dedicam a refinar a compreensão sobre os tipos de impactos que as mudanças climáticas podem exercer sobre a estabilidade e segurança internacionais, seja enfatizando seus efeitos geopolíticos e ou dando destaque as suas implicações de segurança humana. Thomas Homer-Dixon (2009), Oli Brown e Alec Crowford (2009a, 2009b), Geoffrey Dabelko (2009), Joshua Busby (2007, 2009), Neil Adger e John Barnett (2007) estão entre os autores mais citados nessa linha.

Reafirmando as conclusões da sua pesquisa mais ampla sobre o nexo entre segurança e questões ambientais, Homer-Dixon aponta a existência de uma correlação estatística entre casos de degradação ambiental intensificados pelas mudanças climáticas e a eclosão de episódios de violência intra e entre Estados. No seu artigo *Weather of mass destruction*, o autor sustenta que “by weakening rural economies, increasing unemployment and disrupting livelihoods” o fenômeno deverá favorecer a intensificação de desafios militares com alto potencial desestabilizador, como a eclosão de “insurgencies, genocide, guerrilla attacks, gang warfare and global terrorism”.²⁵

²⁵ Disponível em <<http://www.nytimes.com/2007/04/24/opinion/24homer-dixon.html>>. Acesso em: 02 de junho de 2010.

Criticando o que vê como uma propensão de Homer-Dixon a superestimar a relação entre o fenômeno e questões militares, por sua vez, Dabelko (2009) opõe-se a tendência por exagerar a correlação estatística entre as mudanças climáticas e questões de segurança com alta repercussão midiática, com a clara intenção de galvanizar apoio para um acordo multilateral em torno da mitigação da emissão de CO₂. Para o autor, enfatizar as contribuições do fenômeno para a eclosão de conflitos intra e entre Estados representa não só uma simplificação estatística como uma hipérbole discursiva contraproducente. Dabelko não nega o fato de que o fenômeno terá efeitos negativos sobre a estabilidade internacional, mas rejeita conexões apressadas entre o fenômeno e terrorismo ou guerras, por acreditar que tal leitura desvia a atenção do combate às implicações realmente latentes das mudanças climática. Para embasar o seu argumento, Dabelko argumenta que é preciso lembrar que nem toda crise ambiental tem suas raízes nas mudanças climáticas. Tensões sociais provocadas pelo agravamento do quadro de segurança humana causado por degradações ambientais já existiam muito antes que a temperatura do planeta começasse a se elevar acima dos padrões associados ao ciclo natural. Enfatizando a dimensão de segurança humana da ameaça climática, Dabelko argumenta que:

While climate change certainly poses a large--and potentially catastrophic--threat in many settings, we must not overlook the ongoing problems of rapid population growth, persistent poverty, lack of clean water and sanitation, and infectious diseases that already threaten lives daily.²⁶

Na contramão da proposta de Dabelko, Joshua Busby adota como foco as implicações de segurança das mudanças climáticas para a segurança nacional americana. No seu *Who Cares about the Weather?* (2009), o autor procura destacar impactos de segurança geopolítica/militar das mudanças climáticas que costumam passar despercebidos pelas análises sobre o tema, como, por exemplo, as implicações de segurança que o fenômeno pode exercer ao afetar a segurança energética do país, contribuir para a proliferação nuclear e alimentar desastres e emergências complexas que obrigam os EUA a se envolverem em intervenções humanitárias (Busby, 2009). No seu *Climate Change and National Security*, o

²⁶ Disponível em: <<http://www.thebulletin.org/web-edition/op-eds/avoid-hyperbole-oversimplification-when-climate-and-security-meet>> Acesso em: 02 de junho de 2010

autor sustenta que a estratégia de defesa norte-americana deverá ser afetada pelo fenômeno em quatro frentes: primeiro, catástrofes naturais deverão afetar o posicionamento de bases militares norte-americanas em áreas costeiras; segundo, as implicações das mudanças climáticas sobre países vizinhos, como o Haiti e Cuba, poderão exercer efeito de transbordamento (*spill-over*) sobre os EUA, em função do fluxo de refugiados intensificado; terceiro, a abertura de novas rotas de navegação em função do degelo ártico deverá obrigar o país a repensar o posicionamento da sua esquadra; e quarto, as mudanças climáticas poderão atingir regiões do mundo de interesse estratégico para os EUA, com destaque para o Oriente Médio (Busby, 2007).

Em termos semelhantes, Brown e Crowford se propõem a analisar as implicações de segurança das mudanças climáticas sobre o continente africano (2009a) e o Oriente Médio (2009b). Tratando do caso africano, os autores enfatizam o potencial de retroalimentação entre as implicações de segurança humana das mudanças climáticas e as chamadas “novas guerras” que têm eclodido no continente (Kaldor, 1999). Catástrofes ambientais decorrentes de mudanças abruptas do clima, o aumento da escassez de água, a queda da produção de alimentos e o decorrente comprometimento dos níveis de segurança alimentar, migrações de larga escala induzidas pelas mudanças climáticas e o agravamento da pobreza e fragilidade estatal são apontadas por eles como os principais vetores de instabilidade social alimentados pelo fenômeno (Brown e Crowford, 2009, p.13-19). No caso do Oriente Médio, a lista de implicações de segurança do fenômeno é igualmente extensa, percebendo-se nela uma inclinação dos autores por enfatizar efeitos geoestratégicos. Segundo o relatório, as mudanças climáticas deverão contribuir para a eclosão de conflitos na região ao:

(...) (1) “increase competition for scarce water resources, complicating peace agreements; (2) intensify food insecurity, thereby raising the stakes for the return or retention of occupied land; (3) hinder economic growth, thereby worsening poverty and social instability; e (4) lead to destabilizing forced migration and increased tensions over existing refugee populations” (Brown e Crowford, 2009, p.2).

Por fim, Adger e Barnett (2007) dedicam o seu *Climate Change, Human Security and Violent Conflict* a demonstrar que a simbiose entre as dimensões de segurança humana e segurança geopolítica/militar do fenômeno é muito mais

intrincada do que o debate político tem considerado até o momento. Segundo eles, as mudanças climáticas podem ser ligadas à agenda de segurança internacional de três formas: primeiro, por porem em xeque os padrões mínimos de segurança humana “by reducing access to, and the quality of, natural resources that are important to sustain livelihoods” (Adger e Barnett, 2007, P.640). Segundo, as mudanças climáticas podem levar à eclosão de conflitos ao intensificarem quadros de miséria, fragilizarem instituições estatais e alimentarem fluxos migratórios abruptos e de larga escala (Idem, p.643). Terceiro, em termos mais conceituais, o fenômeno podem afetar a estabilidade internacional ao “undermine the capacity of states to act in ways that promote human security and peace” (Idem, 646).

2.2.1 Especificidade da pesquisa

Nossa análise se distancia dessa linha de discussão por considerar indevida a equalização que estes autores assumem como automática entre a mensuração dos impactos do fenômeno e o estabelecimento da compreensão que a comunidade internacional faz da ameaça climática. Embora a forma com que são relacionados os impactos de segurança nacional e de segurança humana do fenômeno varie de autor para autor, parece ser essa a premissa comum a todos: a consolidação e difusão da imagem das mudanças climáticas como uma ameaça complexa decorrem da *demonstração* da correlação intrincada que existe entre o fenômeno e suas implicações de segurança humana e defesa. Movidos por essa percepção, como Adger e Barnett resumem, o propósito maior desses estudos passa a ser “to guide empirical investigations into the risks climate change poses to human security and peace” (Idem, 644).

Como alternativa a hipótese meta-teórica de evidência que guia a discussão empírica, defendemos que a tendência recente por enquadrar as mudanças climáticas como uma ameaça complexa não pode ser explicada pelo *despertar* da comunidade internacional para os impactos de segurança do fenômeno. “Experience based perceptions”, como argumenta Bigo (2006), podem até explicar o surgimento de uma percepção securitária, mas não resumem o processo social por meio do qual é impresso ao tema a leitura securitária genérica bastante específica a partir da qual a comunidade internacional o vem abordando. Quando se trata de capturar as diferentes nuances discursivas em torno das quais o

debate político tem oscilado, assim, o afã da abordagem empírica por determinar qual tratamento do tema é empiricamente mais embasado nos leva a uma encruzilhada: tenta impor o modelo estatístico ao fato social de que simplesmente não existe *um* conceito de segurança climática, mas vários, cada qual com suas repercussões políticas peculiares (Bigo, 2008, p.123). O objetivismo meta-teórico do debate empírico não atenta para a velha lição kantiana de que *nomos* e *fenômeno* não se encontram em ligação direta. Ignora, como aponta Waever (2004), que o reconhecimento da existência objetiva do fenômeno físico das mudanças climáticas não traz em si um rótulo que defina *a priori* como ele será socialmente enquadrado.

É sobre *esse* processo que desejamos focar nossa análise. Não se trata de demonstrar que o tratamento das mudanças climáticas como um fator amplificador de tensões faz sentido, seja em função dos seus impactos de segurança nacional, de segurança humana ou da combinação entre os dois tipos. Nosso objeto de estudo é, antes, o agrupamento das diferentes significações que a comunidade internacional tem impresso ao mesmo significante “segurança climática”. Nas palavras de Waever,

(...) the task is not to assess some objective threats that “really” endanger some object, rather it is to understand the processes of constructing a shared understanding of what is to be considered and collectively responded to as a threat (Waever, 2004, p.9).

2.3

Análises normativas: críticas às implicações políticas do nexos segurança e clima

O exercício a que nos propomos também precisa ser diferenciado daquelas *análises normativas* acerca do nexos segurança-clima. Por análises normativas, nos referimos àqueles estudos voltados a desestabilizar as “categorias ontológicas e conceituais” tomadas como parâmetro pelas análises empíricas (Dalby, 2002, p.129). O denominador comum a esses autores é a percepção de que a literatura empírica sobre segurança climática não atentaria para as *implicações práticas e conceituais* que perpassam a opção aparentemente inócua entre abordar as mudanças climáticas sob a ótica de segurança humana ou retratá-la a partir de um enquadramento de segurança geopolítico/militar.

No seu *Politics of Insecurity*, Jef Huysmans sustenta que a definição de um tema como ameaça pode ter efeitos políticos de três formas: em uma primeira linha, a disputa acerca da pertinência ou não de se tratar um tema como questão de segurança pode estar implicada na disputa pela ocupação de posições no aparato político. Por exemplo, partidos de extrema direita na Europa tendem a favorecer um enquadramento securitário do fluxo de imigrantes a fim de angariar votos (Huysmans, 2006, p.32). Em uma segunda linha, a opção por tratar um tema como uma questão de segurança tem relevância política na medida em que influencia diretamente a seleção das técnicas e dos instrumentos empregados no enfrentamento do problema.²⁷ Por exemplo, ao definirmos a migração como uma ameaça, autorizamos práticas como extradições extrajudiciais e técnicas como o encarceramento de imigrantes ilegais em *zones d'attente*. Na terceira linha, a construção de percepções de (in)segurança é considerada política porque influencia nossa compreensão sobre modelos de interação social e política. Por exemplo, a vinculação entre migração e segurança reproduz um entendimento de comunidade política espelhada em uma imagem do Estado como comunidade cultural homogênea, que deve priorizar a segurança dos seus cidadãos sobre a segurança de estrangeiros, vistos como ameaças em potencial.²⁸ A (in)securitização da migração tende, desse modo, a reproduzir um conceito do político dependente da teoria contratualista hobbesiana e do entendimento weberiano de soberania como o monopólio do uso legítimo da força em um determinado território.

Cada um a seu modo, os atores engajados na crítica normativa justificam suas objeções ao tratamento securitário dado às mudanças climáticas recorrendo a uma combinação das três formas de impacto político elencadas por Huysmans. No seu *Climate change and security: to whom the discourse shifts* (2009), por exemplo, Nicole Detraz e Michele Betsill criticam a recente inclinação da comunidade internacional por substituir o discurso de *segurança climática*, de acordo com o qual os impactos de segurança humana das mudanças climáticas são considerados uma forma de violência por si só, pela abordagem em termos de

²⁷ Como Huysmans resume, “the political significance of security knowledge depends here on how it contributes to policy formulation and execution” (Huysmans, 2006, p. 32).

²⁸ Como Huysmans explica, “the constitutive dimension of security knowledge (...) is political in that it reproduces certain understandings of what political relations and political communities are and should be” (Idem).

conflito climático (Detraz e Betsill, 2009, p.306). Sua primeira crítica à redução das implicações de segurança humana do fenômeno à condição de fator amplificador de conflitos se deve à percepção de que o enquadramento do fenômeno em termos estadocêntricos que tal abordagem implica resulta em um estreitamento das opções políticas consideradas no enfrentamento do problema. Enquadrar as mudanças climáticas como uma questão de segurança geopolítica/militar, elas argumentam, concede a autoridade para determinar quais soluções devem ser tentadas e qual o curso de ação deve ser seguido ao aparato militar dos Estados (Idem, p.308). O problema com isso reside no fato de que o tipo de resposta reativa e conflitiva favorecida pela militarização do tema não seria condizente com a postura preventiva e cooperativa necessária ao enfrentamento das implicações de segurança das mudanças climáticas (Idem).

Segundo Detraz e Betsill, outro problema de se enquadrarem as implicações de segurança das mudanças climáticas sob uma ótica de segurança geopolítico/militar se deve ao fato de que a definição daquelas populações consideradas propensas a “conflitos climáticos” é suscetível à instrumentalização política. Isto é, Estados podem ser taxados como fonte de ameaça climática de modo a justificar intervenções motivadas por considerações egoístas:

For example, when debates over climate change within the United States Senate are examined, nobody appears to be suggesting that populations within the US will fight over resources if scarcity increases due to climate change. Instead, the debate is largely cast as being about potential conflict in other states and how that will impact the security of the US. This line of reasoning opens the possibilities of ecological military intervention more than strategies of state adaptation to cope with resource scarcities which is often associated with the environmental conflict discourse (Idem, p.315).

Como alternativa ao discurso de conflito climático, as autoras defendem que o enquadramento das mudanças climáticas como uma questão de segurança deve assumir o indivíduo como objeto referente, tomando as implicações de segurança humana do fenômeno como *causas suficientes* para seu tratamento em termos securitários. Em vez de um fator amplificador de tensões, que pode encorajar disputas por recursos ou conflitos em função de migrações forçadas, “climate change can more productively be thought of as a phenomenon that comes with a range of insecurities - both for humans and the environment” (Idem, p.317).

A defesa de um tratamento securitário para as mudanças climáticas que tome os indivíduos como objeto referente também é o ponto central dos trabalhos de Lorraine Elliott. No seu *Beyond Climate Conflict: The Role of Human Security in the Climate Security Debate* (2009), a autora argumenta que a oposição entre as duas abordagens para a análise das implicações de segurança das mudanças climáticas – conflito ou segurança humana - reflete a competição entre duas abordagens não convencionais de segurança. Em questão nessa alternativa estaria a definição de por meio de qual linha do debate disciplinar – ampliação ou aprofundamento - as mudanças climáticas devem ser aproximadas da agenda de segurança internacional. Aquelas análises que tratam as mudanças climáticas como um fator amplificador de tensões defenderiam a necessidade de *ampliação da agenda* de segurança via inclusão de novos temas, enquanto aqueles que tratam o fenômeno como uma ameaça à segurança humana *per se* estariam a favor do *aprofundamento* da agenda, por meio da adoção de objetos referentes mais inclusivos que o Estado (Elliott, 2009, p.2).

Segundo Elliott, uma abordagem para o estudo das implicações de segurança das mudanças climáticas que assuma o indivíduo como objeto referente coloca em xeque os pressupostos da compreensão mais ortodoxa que ainda guia as considerações da comunidade internacional sobre a relação entre as mudanças climáticas, ameaças e inseguranças. Ao invés de enxergar fluxos de refugiados como fonte de tensão geopolítica, uma abordagem em termos de segurança humana aborda esses deslocados como *vítimas* de catástrofes ambientais e não como *gatilhos* de conflitos. Em suas palavras,

(...) (by) making people and their communities the security focus, human security helps us to think differently about those ‘triggers’ that are often identified in a more orthodox approach to climate insecurity as the threat multipliers. For example, a human security model demands that we worry about the way that climate-related food insecurity, malnutrition and an increased disease burden exacerbates poverty and misery for the millions of people who are affected rather than worrying about this only as a trigger for civil unrest and potential extremism (Idem).

É nos trabalhos de Simon Dalby, porém, que a crítica ao tratamento das mudanças climáticas como uma questão de segurança (geopolítica/militar ou ‘humana/liberal’) é posta de forma mais contundente. No seu *Threats from the south?* (1999), Dalby sustenta que enquadrar o fenômeno como uma questão de

segurança em função dos seus impactos geopolíticos e de defesa mascara as responsabilidades diferenciadas de países do Norte e do Sul no enfrentamento da questão. Convertidas em uma “questão de segurança geopolítico/militar”, as mudanças climáticas seriam convertidas em um problema de todos, silenciando, com isso, o fato de que as economias desenvolvidas respondem pela maioria das emissões históricas. Mais do que isso, o tratamento das mudanças climáticas como uma questão de segurança geopolítica/militar propiciaria uma *inversão* na balança de responsabilidade, na medida em que a fragilidade institucional dos países subdesenvolvidos transforma o “terceiro mundo” no foco catalisador do potencial destrutivo do fenômeno. O tratamento das mudanças climáticas como uma questão de segurança geopolítica/militar, assim, não só isenta o norte da sua responsabilidade diferenciada como transforma as implicações de segurança das mudanças climáticas em “ameaças do Sul”.

Mais do que reproduzir o debate sobre justiça climática, a alusão de Dalby à tensão norte e sul busca enfatizar o papel que a construção das mudanças climáticas como uma ameaça do terceiro mundo desempenha na manutenção de concepções tipicamente modernas de “segurança” e “desenvolvimento humano”.²⁹ É a esse ponto que o autor dedica o seu *Environmental Security*, de 2002. Neste livro, o autor amplia sua crítica ao tratamento das mudanças climáticas como uma questão de segurança em termos geopolíticos, direcionando-a também à concepção liberal moderna de segurança humana. Segundo ele, ao reduzir a discussão sobre as implicações de segurança das mudanças climáticas a sua atuação como estopim de conflitos intra e entre Estados, o discurso de conflito climático recairia na “armadilha territorial” que mantém reféns os estudos sobre segurança (Dalby, 2002, p.66). Segurança, sob essa ótica, é equacionada à manutenção da autonomia do Estado enquanto unidade detentora do monopólio do uso legítimo da força em seu território. As implicações de segurança humana

²⁹ O debate sobre justiça climática versa sobre a relação entre o Norte e o Sul globais frente à questão das mudanças climáticas. O maior motivo de polêmica nesse debate no momento é exatamente a questão das responsabilidades históricas diferenciadas das economias desenvolvidas. Organizados em especial em torno do G77, as economias menos desenvolvidas e em desenvolvimento defendem a aplicação do que o debate definiu como ética do jardim de infância: “você quebrou, você conserta”. A isso, as economias desenvolvidas, agrupada em especial no G8 e OCDE replicam sugerindo que apenas com o envolvimento dessas economias em processo de industrialização é possível dar uma solução efetivamente sustentável para o aquecimento global, que passe pela transição para uma economia mundial de baixo carbono. Pode-se apontar como cerne da discussão, assim, a questão sobre quem deve arcar com os custos dos esforços de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

das mudanças climáticas, por conseguinte, são tomadas como questões de segurança apenas na medida em que representam o fracasso do Estado em desempenhar suas funções como provedor de bens públicos (Idem)

Para Dalby, essa forma de compreender segurança invoca mais o potencial político “homeostático” do que a capacidade transformadora do conceito (Dalby, 2002, p.145). Em dissonância com a percepção generalizada internacionalmente de que as mudanças climáticas exigem uma resposta cooperativa, a definição da ameaça climática como uma questão de segurança geopolítica/militar reterritorializa a discussão, reforçando a aceitação do Estado como unidade de análise por excelência. Abordar as implicações de segurança das mudanças climáticas como implicações para a segurança geopolítico/militar, serviria mais à finalidade de alimentar a imagem do Estado como comunidade política homogênea do que contribui no combate às implicações de segurança do fenômeno.

Como alternativa ao tratamento das mudanças climáticas como uma questão de segurança geopolítica/militar, Dalby defende que o tratamento securitário do fenômeno deve obedecer a uma *rationale* de segurança humana. A que Dalby se refere por segurança humana, porém, também difere da compreensão de segurança humana como proteção frente a ameaças crônicas (fome, doenças e repressão) e rupturas abruptas do padrão de vida, convencionalmente associada ao Relatório das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano (UN Human Development Report) (PNUD, 1994). Para o autor, essa forma de entender segurança humana está atrelada a uma compreensão defasada do que é desenvolvimento humano, uma vez que não considera os impactos que a equiparação dessa parcela marginalizada da população mundial aos padrões de consumo modernos poderá exercer sobre o ecossistema terrestre. Para ele,

(...) the human security agenda draws its list of political desiderata from a similar series of [modern / liberal] assumptions and usually fails to note that the various antidotes to threats to security in its formulation are not necessarily additive. Responding to economic insecurities within the existing system may threaten community and health security (Dalby, 2002, p.175).

Dalby recorre ao conceito desenvolvido pela Geografia de “sociedade antropocena” para sugerir que os parâmetros do que entendemos como condições

mínimas de segurança humana precisam ser repensados com vistas à nova conjuntura sócio-geográfica, marcada por uma biosfera cada vez mais suscetível à ação humana. Garantir o respeito às condições de segurança humana nessa nova era antropocena, implica ser ainda mais exigente e reflexivo na formulação e execução dos programas de desenvolvimento humano. Não basta garantir o acesso a alimentos. É preciso intensificar a produção tendo sempre em vista a resiliência das espécies cultivadas. Não basta garantir o acesso a moradias. É preciso garantir que a construção de casas não aumente a pressão por energias não renováveis, alimente a exploração de minérios ou encoraje o desmatamento. Em suma, defende Dalby, é preciso evitar que “the aspiration of many to be modern, in its contemporary carboniferous form, endanger the possibilities for a desirable long term future for nearly everyone” (2002, p. 164).

Como se vê, a literatura normativa tem como denominador comum a crítica à apresentação das mudanças climáticas como “estopim de conflitos” e a sugestão de que o fenômeno é mais bem compreendido como uma questão de segurança humana *per se*. Detraz e Betsill criticam as implicações que o enquadramento securitário geopolítico do fenômeno tem sobre as práticas e opções políticas consideradas e defendem que o discurso de segurança ambiental deve pautar o debate internacional. Similarmente, Elliott critica os efeitos limitadores de se enquadrar o fenômeno a partir de uma compreensão de política estadocêntrica. Dalby, por fim, leva esta crítica conceitual a um novo patamar, questionando a própria compreensão de segurança humana que costumamos aceitar como alternativa ao enquadramento securitário geopolítico do fenômeno.

2.3.1 Especificidade da pesquisa

Embora acreditemos que a crítica normativa acerte ao demonstrar que o conceito de segurança não precisa necessariamente ser entendido em termos geopolítico/militares, acreditamos que ela vai longe demais ao sugerir que o conceito de segurança humana (liberal ou antropocena) oferece uma *alternativa* aos efeitos políticos excludentes do discurso de conflito climático. Em outros termos, nossa pesquisa compartilha com as análises normativas a compreensão de que o tratamento securitário das mudanças climáticas precisa ser avaliado em

função das suas implicações políticas, mas se diferencia dessa literatura no que toca a sua pretensão de *substituir* uma compreensão geopolítica/militar de segurança por uma compreensão de segurança humana (seja ela liberal ou antropocena). Como indica Fierke, assumir os indivíduos como foco obrigatório da análise e o subdesenvolvimento político e econômico como as fontes da ameaça também é assumir que podemos determinar um referente como “o” objeto referente e um leque de ameaças como “as” ameaças prioritárias, dando definições rígidas para ambos os conceitos (2007, p.145).

Ao defender que o tratamento das mudanças climáticas em termos de segurança humana é *normativamente superior* à abordagem do tema como estopim de conflito, a crítica normativa ignora, assim, a natureza inexoravelmente relativa do sentimento de segurança (Delumeau, 1989; Chesnais, 1995). Por caráter relativo da segurança nos referimos ao fato de que o tratamento de uma questão como uma questão de segurança nunca tem efeitos perfeitamente positivos. Como Bigo (2008) sustenta, o sentimento de segurança e o de insegurança são fenômenos sociais correlatos: toda tentativa de aumentar a segurança de alguns tem a contrapartida de aumentar a insegurança de outros. A definição de um tema como uma questão de segurança sempre tem efeitos positivos e negativos, favorecidos e prejudicados, vencedores e perdedores. “Security is never unlimited, contrary to the claims of politicians and academics seeing security as a public good for all” (Bigo, 2008, p. 123).

Sob essa ótica, quando nos debruçamos sobre a crítica normativa ao tratamento das mudanças climáticas em termos de segurança geopolítica/militar, o que estamos vendo na verdade não é uma discussão que opõe uma securitização negativa a uma securitização positiva do fenômeno, mas uma disputa política por definir qual compreensão de segurança, com seus beneficiados e suas vítimas, deve ser considerada mais legítima. A alternativa entre o enquadramento securitário das mudanças climáticas com referencial estadocêntrico e aquele enquadramento que toma o indivíduo como objeto referente deixa, com isso, de representar uma alternativa entre um enquadramento com implicações políticas

conflitivas e particularistas *versus* um enquadramento inclusivo e normativamente desejável, já que o efeito do tratamento securitário é sempre dual.³⁰

Reconhecer que o enquadramento das mudanças climáticas como uma questão de segurança humana é tão (in)securitizante quanto seu tratamento em termos de segurança nacional é importante porque nos encoraja a abordar a discussão sobre o nexo segurança e clima a partir de outra perspectiva. Em vez de julgar qual enquadramento da ameaça climática é normativamente desejável, o que se torna central é compreender como se define a dinâmica de interação entre essas diferentes compreensões possíveis do fenômeno. Isto é, mais do que discutir se devemos tratar os impactos como uma questão de segurança humana ou uma questão de segurança geopolítico/militar, essa forma de abordar a questão nos leva a analisar a dinâmica social por meio da qual o nexo segurança e clima é estabelecido e a partir da qual se determina qual concepção de segurança climática é *considerada* mais legítima. Nas palavras de Fierke,

(...) a more critical approach to the concept of human security would place less emphasis on fixing the meaning categories and instead explore the conceptual worlds that have given rise to various forms of insecurity (Fierke, 2007, p.166).

É sobre essa dimensão específica do processo de construção do discurso de ameaça climática que desejamos focar nossa análise. Mais do que julgar se o enquadramento do fenômeno climático sob o discurso de “segurança climática” é mais desejável do que seu enquadramento sob o discurso de “conflito climático”, desejamos compreender como se relacionam as diferentes concepções possíveis do fenômeno e quais implicações políticas, igualmente (in)securitizantes, são alimentadas por cada uma delas.

³⁰ O exemplo mais claro de como segurança e insegurança humana caminham de mãos dadas na discussão sobre segurança climática nos é dado pelo artigo de Johnston *Half lives and half trues*. Neste trabalho, a autora procura demonstrar o vínculo que existe entre o aumento do preço do urânio, decorrente do incentivo ao desenvolvimento da energia nuclear como alternativa aos combustíveis fósseis, e a intensificação de conflitos e exploração de mão de obra no Congo (2007). Brody, Demetriades e Esplen, por sua vez, dedicam o seu artigo *Gender and climate change: mapping the linkages* a demonstrar que as políticas atualmente desenvolvidas para o combate às implicações de segurança humana do fenômeno estão tendo o efeito inadvertido de reforçar distinções de gênero (2004). Na mesma direção, Nadger, Paavola, Huq e Mace criticam, no seu livro *Fairness and adaptation to climate change*, a tendência da comunidade internacional por marginalizar os países em desenvolvimento na discussão multilateral sobre adaptação ao fenômeno, a despeito de serem as populações desses países as mais afetadas pelas alterações do clima (2006).

2.4

Definição negativa do objeto de pesquisa

Findo o contraste com a literatura existente sobre segurança climática podemos definir em termos negativos as diretrizes analíticas que deverão guiar a pesquisa. Em primeiro lugar, nosso estudo rejeita a hipótese metateórica de evidência da discussão empírica. Isto é, discordamos da premissa comum a esses autores de que é possível definir o tratamento *correto* do conceito de segurança climática por meio de uma mensuração objetiva dos efeitos potenciais do fenômeno. Acreditamos que essa abordagem se presta mais a *resolver* a controvérsia acerca de qual concepção da ameaça climática deve guiar a ação da comunidade internacional do que a explicar ou compreender as diferentes interpretações possíveis que o debate político tem impresso ao nexo segurança e clima. Como alternativa, nos propomos a mapear o discurso de ameaça climática sob uma filiação construtivista *lato senso*, que nos encoraja a focar não nas opiniões dos analistas sobre quais interpretações dos impactos de segurança do fenômeno são empiricamente mais embasadas, mas, antes, na compreensão intersubjetiva plural a partir da qual o tema tem sido tratado.

Em um segundo ponto, a revisão das análises normativas nos encoraja a evitar um julgamento de valor entre os enquadramentos das mudanças climáticas como fator de instabilidade geopolítica/militar ou o tratamento do fenômeno como uma questão de segurança humana *per se*. Ao tentar resolver a controvérsia sobre se as mudanças climáticas *devem ou não* ser tratadas como uma questão de segurança ou se este tratamento *deve* tomar o estado ou o indivíduo como objeto referente, a literatura normativa se contenta em julgar mais do que entender a natureza multifacetada do discurso. Fugindo a essa pretensão, concluimos que o objetivo de avaliar os reais impactos políticos da (in)securitização do fenômeno é melhor atendido quando baseamos as teses conceituais no reconhecimento de que esse mesmo discurso de ameaça climática tem se prestado a diferentes acepções. Em vez de tratar a formação do conceito de segurança climática como produto de uma *opção* dos agentes por favorecer o enquadramento do problema que lhes parece normativamente mais correto, nos propomos analisar as implicações políticas das diferentes compreensões absorvidas pelo discurso de (in)segurança climática ao longo da sua história conceitual.

Da combinação destas diretrizes depreende-se que mapear a configuração atual da complexidade do discurso de ameaça climática com a finalidade última de dar azo a análises menos esquemáticas sobre as implicações políticas da (in)securitização do fenômeno é o objetivo maior da dissertação.

2.5

Seleção da abordagem teórico-metodológica

Nesta seção procuraremos revisar os arcabouços teóricos e metodológicos atualmente disponíveis na literatura sobre abordagens críticas para segurança (*Critical Approaches to Security*) para o estudo de processos de formação de discursos securitários complexos. Essa predileção inicial por abordagens críticas se explica pelo comprometimento das mesmas em relacionar a construção de percepções de insegurança com considerações sobre as implicações políticas desses discursos de ameaça. Procuramos, com isso, fazer eco à literatura contemporânea sobre os estudos de segurança que acompanha a desestabilização da premissa ontológica estadocêntrica da qual partiriam as teorias convencionais de Relações Internacionais. Seu denominador comum é a percepção de que, se as Relações Internacionais devem ser entendidas “menos como um disciplina do que uma série de atos disciplinantes”, os discursos que definem o que enxergamos como ameaças existenciais devem ser vistos como os mecanismos de disciplinarização mais eficientes (Vrasti, 2009, 23).

Nessa revisão, analisaremos, em especial, as abordagens de macrosecuritização, desenvolvida por Buzan e Waever (1998, 2009), o conceito de modulação em domínios de (in)segurança, de Jef Huysmans (2006), e a adaptação da “caixa de ferramentas analíticas” bourdieuniana para a análise de discursos de insegurança transnacionais, introduzida à disciplina por Anna Leander (2004, 2008), Didier Bigo (2002, 2005, 2006, 2008) e Trine Villumsen (2007, 2008). Como critério de seleção, vamos recorrer às diretrizes de análise que desenvolvemos por meio do contraste com a literatura corrente sobre segurança climática: (1) rejeitar a hipótese de evidência das análises empíricas; (2) evitar assumir que o tratamento securitizado do tema decorre de uma opção normativamente orientada dos agentes; (3) procurar estudar o discurso de ameaça climática sem esquematizá-lo.

Como argumento central, procuraremos demonstrar que a combinação da conceitualização teórica sugerida por Huysmans com o instrumental de mapeamento de controvérsias de inspiração bourdieuniano oferece o arcabouço metateórico mais condizente com o nosso propósito de mapear o debate de segurança climática em sua complexidade. Uma vez justificada nossa opção metodológica, passaremos na última seção do capítulo a especificar de forma positiva a pergunta de partida que guiará a execução da pesquisa nos próximos capítulos. Aqui, buscaremos pormenorizar a aplicação particular que pretendemos dar ao método bourdieuniano, explicar como pensamos aplicar as ferramentas analíticas que ele nos oferece para a execução do mapeamento em mãos e antecipar os tipos de conclusões que a pesquisa tem a ambição de atingir.

2.5.1

Macro-securitização das mudanças climáticas

A teoria de securitização desenvolvida pela “escola de Copenhague” tem servido como referencia principal para as análises acerca da conversão social das mudanças climáticas em uma questão de segurança. Na célebre definição que oferecem do processo de construção de percepções de segurança intersubjetivamente compartilhadas, Buzan *et al* (1998) descrevem um movimento de securitização em três etapas: trata-se de um ato de fala performativo executado pelas autoridades estatais, por meio do qual estas tentam enquadrar discursivamente um fenômeno como representando uma ameaça existencial, a fim de convencer a sociedade sob ameaça de que todas as capacidades do Estado devem ser mobilizadas para o enfrentamento do problema. Quando bem sucedido, este movimento de securitização se traduz na suspensão do andamento político normal em favor da adoção de medidas emergenciais voltadas ao enfrentamento da ameaça em questão (Buzan *et al*, 1998, p.23-26). Como Waeber complementa, ademais, por representar uma suspensão do trâmite político democrático, a securitização de um tema deve ser evitada sempre que possível. O resultado ideal de um movimento de securitização é a politização da questão, *i.e.*, o quadro em que a apresentação securitária do problema pode provocar a mobilização necessária para o seu enfrentamento sem que isso implique a ruptura do andamento político normal (Waeber, 1995, p.49).

Destarte, estudar a difusão internacional da imagem das mudanças climáticas como uma questão de segurança complexa guarda algumas especificidades em relação ao processo de securitização intra-estatal, originalmente descrito pela escola de Copenhague. Em primeiro lugar, estudos sobre securitização das mudanças climáticas precisam explicar como a imagem do fenômeno climático como uma questão de segurança pôde se difundir internacionalmente. Segundo, estudos sobre a securitização das mudanças climáticas precisam explicar a difusão do discurso securitário bastante específico com que a comunidade internacional tem tratado o tema, de acordo com o qual as diferentes implicações das mudanças climáticas sobre diferentes objetos referentes e setores são todas agrupadas sob um discurso genérico de ameaça climática.

O conceito de “macrosecuritização” é a ferramenta que a escola de Copenhague desenvolveu para explicar a transnacionalização dessa imagem das mudanças climáticas como uma questão de segurança complexa. Macrosecuritização refere-se àqueles processos discursivos de securitização que assumem objetos referentes mais abrangentes que os de nível médio (por exemplo, religiões pretensamente universais, ideologias políticas, instituições primárias da sociedade internacional) e que têm o efeito de incorporar e coordenar múltiplas securitizações que correm em um nível mais baixo. Essa sinergia entre processos de securitização depende de que a definição da ameaça seja flexível o suficiente para englobar debaixo da mesma percepção de ameaça movimentos de securitização que carregam as particularidades do seu contexto específico. Da mesma forma, a definição do objeto referente precisa se basear em um discurso universalista que funcione como um fator de coesão social capaz de transcender as diferenças estatais (Buzan e Waever, 2009, p.257).

À luz do conceito de macro-securitização, assim, a tendência observada em meio à comunidade internacional por tratar de forma multifacetada os impactos de segurança das mudanças climáticas é apresentada como reflexo de uma sinergia entre movimentos de securitização “micro”, ocorridas em diferentes Estados. Trata-se, como Buzan e Waever concluem, de um movimento de macrosecuritização que toma a humanidade como objeto referente, sob a justificativa de que a ameaça física representada pelo fenômeno coloca todos *no mesmo barco* (Idem, p. 272). No que toca à imagem de ameaça climática complexa que a comunidade internacional tem imprimido às implicações de

segurança do fenômeno, Buzan e Waever argumentam que a combinação *en passant* das implicações de segurança humana e segurança geopolítica/militar se explica pelo fato de que o discurso que define as mudanças climáticas como uma ameaça precisa ser genérico o suficiente para que suas relações com diferentes setores (isto é, seus efeitos econômicos, migratórios, energéticos, ambientais, etc) e seus efeitos particulares sobre diferentes regiões (positivos para a Groelândia e destrutivo para as Pequenas Ilhas, por exemplo) possam ser todos agrupados sob um mesmo movimento macrosecuritizante (Buzan e Waever, 2009, p.267).

Abordar o discurso de ameaça climática como resultado de um processo de macrosecuritização do fenômeno representa um avanço significativo em relação ao objetivismo ontológico da discussão empírica. Respeitando a primeira diretriz que traçamos para a análise, o conceito de macrosecuritização rejeita a suposição de que é possível resolver a controvérsia acerca de qual é a compreensão correta do nexos segurança e clima por meio da simples mensuração dos seus impactos potenciais. Estudar a macrosecuritização de um tema seria analisar um processo social intersubjetivo, por meio do qual questões políticas são “*launched as candidates for top-rank threats*” (Buzan e Waever, 2009, p.259). Ao mesmo tempo, o conceito de macrosecuritização busca conciliar o tratamento das mudanças climáticas como estopim para conflitos com a apresentação do fenômeno como ameaça para a existência *da humanidade*, apresentando os dois discursos como atos de fala securitizantes que correm em níveis diferentes. À primeira vista, isso nos permite evitar a oposição esquemática entre os diferentes enquadramentos securitários que têm sido impressos ao tema. O tratamento securitário das mudanças climáticas sob a ótica geopolítica/militar representaria o discurso securitizante que corre no âmbito nacional, enquanto o tratamento das mudanças climáticas como uma ameaça à segurança *da humanidade* representa o discurso securitizante que corre no nível médio.

Não obstante, ainda que nos permita descrever a transnacionalização do discurso de ameaça climática como reflexo de um processo de macrosecuritização, o conceito de macrosecuritização não nos leva muito longe quando se trata de mapear a complexidade do discurso de segurança climática. Colocado de forma mais direta, a teoria de macrosecuritização funciona melhor como uma conceitualização do fenômeno (isto é, uma forma de *descrever* aquilo “que se acredita estar acontecendo” na realidade social), do que como instrumento

de análise voltado a capturar a pluralidade do discurso. Como arcabouço metodológico, a abordagem de macrosecuritização deixa sem respostas algumas questões importantes: em primeiro lugar, ficamos sem saber o que explica essa *sincronia* entre movimentos de securitização nacionais que, quando somados, passam a representar um movimento de macrosecuritização.

Em uma deficiência mais grave, dado o nosso compromisso com a pluralidade conceitual, a solução que o conceito de macrosecuritização dá para a existência de discursos securitizantes concorrentes (geopolítico ou segurança da humanidade), separando-os em níveis, não condiz com a forma com que a comunidade internacional vem abordando a questão. Os discursos correntes sobre as implicações de segurança das mudanças climáticas são relacionados não à segurança *da humanidade* (o que mantém uma idéia de segurança como “sobrevivência” da espécie humana), mas ao conceito de segurança *humana* (que trabalha com uma compreensão de segurança positiva – “freedom from want”). Ao separar os discursos concorrentes sobre segurança climática em níveis diferentes, desse modo, a abordagem de macrosecuritização acaba se esquivando de compreender a interação entre os discursos de ameaça climática com referencial de segurança geopolítico/militar e aquele referenciado em *segurança humana*.

Por fim, ainda que evite tomar partido na discussão normativa, o conceito de macrosecuritização traz implícita a mesma compreensão subjetivista de agência que caracteriza essa literatura. A aceitação dos agentes sociais de que uma questão política representa uma ameaça digna de atenção ainda é a condição de sucesso do ato de fala securitizante. Sob essa ótica, a ausência de enunciados securitizantes explícitos e a manutenção do andamento político corriqueiro levam Buzan e Waever a concluir que o movimento de macrosecuritização das mudanças climáticas ainda está incompleto. Como os autores apontam, a tendência recente de securitização de temas ambientais

(...) had considerable success as a macropoliticisation, getting environmental issues onto the global agenda, but until recently rather little in constructing environmental issues as a niche, let alone a dominant, macrosecuritization (Idem, 2009, p.271).

Ao trabalhar com essa compreensão subjetivista de agência, o conceito de macrosecuritização não consegue capturar o processo de securitização do tema

que ocorre de forma não explícita. Em vez de tomar como dado o fato social de que a comunidade internacional vem enquadrando as mudanças climáticas como uma questão de segurança complexa, Buzan e Waever se colocam no papel de julgar a validade conceitual desse tratamento securitizado. A tendência da comunidade internacional por tratar o tema como uma questão de segurança complexa passa a ser vista, sob esse prisma, como reflexo de falta de profundidade analítica do debate político.

São essas as três razões que nos levam a crer que a abordagem de macrosecuritização não é adequada para executar o mapeamento proposto: primeiro, a abordagem não é clara quanto a como podemos converter a conceitualização do processo de macrosecuritização em uma análise discursiva capaz de capturar o discurso em sua complexidade. Segundo, a solução que a abordagem fornece para o relacionamento entre os discursos securitizantes concorrentes, conciliando-os em atos de fala securitizantes paralelos, é artificial. Criando um terceiro discurso de “ameaça à humanidade” foge à necessidade de entender a relação entre as concepções de segurança geopolítico/militar e segurança humana da ameaça climática. Terceiro, por operar com uma compreensão subjetivista de agência, a abordagem de macrosecuritização assume que apenas um ato de fala securitizante ostensivo e pontual pode levar à securitização do fenômeno. A forma discreta e incremental com que a comunidade internacional vem imprimindo o tratamento securitário genérico ao fenômeno não pode representar para eles um exemplo de securitização bem sucedida. Por tudo isso, o arcabouço de macrosecuritização acaba tentando impor o modelo teórico à realidade social, criando uma apresentação artificial do debate político e se resignando a taxar como conceitualmente incorreto o tratamento securitário multifacetado que a comunidade internacional aceita inadvertidamente.

2.5.2

Modulação das mudanças climáticas em domínios de insegurança

Ao derivarem da falta de medidas excepcionais ostensivas a conclusão de que as mudanças climáticas não foram macrosecuritizadas, Buzan e Waever ignoram os efeitos efetivamente securitários (no sentido de alimentar práticas excepcionais e relações de alteridade) que a construção não ostensiva – difusa - do

nexo entre segurança e clima pode desempenhar.³¹ Como Bigo coloca no seu *International Political Sociology*, o processo de criação de (in)seguranças não se dá exclusivamente por meio de atos de fala securitizantes capazes de transformar o andamento político e favorecer políticas excepcionais. “It has to do with more mundane bureaucratic decisions of everyday politics, with Weberian routines of rationalization, of management of numbers, of management of numbers (...), of use of technologies” (Bigo, 2006, p.126). Uma abordagem teórico-metodológica que se proponha a compreender a formação do discurso de ameaça climática em sua complexidade deve estar aberta a esse processo de securitização silencioso, que o conceito de macrosecuritização deixa de fora da análise.

No seu *Politics of Insecurity*, Huysmans (2006) parte de uma crítica à teoria da securitização para defender uma compreensão do processo de formação de percepções de insegurança que dá ênfase a dinâmicas discursivas discretas; ao que ele define como processo de modulação de temas em domínios de insegurança. Para Huysmans, a atenção exclusiva dada pela teoria de securitização à dimensão dialógica da linguagem suprimiria a complexidade do processo discursivo de definição das nossas percepções de insegurança (Buzan *et al*, 1998). O conceito de modulação amplia a compreensão do processo de definição de fatores de insegurança, que passa de um ato lingüístico voltado à definição de ameaças prioritárias, para um processo de inserção (modulação) de um tema em domínios de insegurança concorrentes. Tal modulação se dá por meio de atos de fala securitizantes explícitos, como prevêem Buzan *et al*, mas também por meio de processos discursivos discretos, pelo emprego de técnicas específicas ou como produto de dinâmicas burocráticas. Compreendido sob a ótica de um processo de modulação, portanto, a execução de um ato de fala voltado a apresentar um tema como uma ameaça existencial passa a ser apenas mais um instrumento, em meio a um processo difuso, lingüístico e extralingüístico, de construção de percepções de insegurança.³²

³¹ Para retomarmos os exemplos já citados, os efeitos que o tratamento securitário do fenômeno já vem exercendo ao definir o terceiro mundo como o foco da ameaça ao invés de principal vítima que Dalby destaca (2002); sua contribuição para reforçar distinções de gênero, que Brody *et al* apontam (2004); sua contribuição para a manutenção da desigualdade global, destacada por Nadger *et al* (2006); ou, de forma bastante concreta, a correlação entre práticas de mitigação e o aumento de conflitos no Congo descrita por Johnston (2007), são todos exemplos que nos levam a discordar da sugestão de Buzan e Waever de que o movimento de macrosecuritização do fenômeno ainda não teve nenhum efeito securitário.

Restringindo-nos à dimensão discursiva, Huysmans descreve o tipo dinâmica (in)securitizante que tem se formado em torno das mudanças climáticas como um processo de modulação do tema em um “*continuum* de insegurança” (Huysmans, 2006, p.72). Com essa expressão, Huysmans refere-se à forma com que a percepção (in)securitizada de um tema A é estendida de forma velada a um tema B. O autor cita como exemplo a inclusão da questão do asilo a refugiados na lista de temas tratados pelo ministério do interior britânico. À luz da teoria de securitização, a inclusão desse tema em uma lista de problemas sociais não se traduziria em uma securitização dos refugiados, uma vez que não a enquadra de forma explícita como uma ameaça existencial. Seguindo o conceito de modulação, porém, incluir a questão do asilo em um relatório que trata de respostas a ameaças à sociedade pode não taxar explicitamente o refugiado como uma ameaça existencial, mas tem como efeito *de facto* inserir o tema no domínio de ação de profissionais de segurança (Huysmans, 2006, p.3-4).

Asylum does not have to be explicitly defined as a major threat to a society to become a security question. Its security modulation can emerge from the context within which it is embedded rather than from the act of threat definition as such. Thus *even when not directly spoken off as a threat*, asylum can be rendered as a security question by being institutionally and discursively integrated in policy frameworks that emphasizes policing and defense. (Idem. Minha ênfase)

Embora não negue a importância de atos de fala ostensivos como parte do processo de construção de percepções de (in)segurança, Huysmans enaltece que o reconhecimento do caráter performativo da linguagem de segurança é apenas uma manifestação localizada em um processo discursivo difuso. De forma mais precisa, Huysmans sustenta que o poder performativo da linguagem, que dá às autoridades políticas a capacidade de estabelecer uma definição específica da ameaça em questão, é fruto de um processo social de estabilização e institucionalização de significantes. Huysmans faz alusão, assim, à noção

³² É importante frisar que o conceito de modulação em domínios de insegurança também aponta como parte do processo de construção de percepções de (in)seguranças dinâmicas extralingüísticas, como a aplicação repetida de questionários, o enquadramento de temas de modo a adequá-lo às ferramentas de trabalho já dominadas pelas burocracias ou dinâmicas burocráticas, como disputas por orçamento e prestígio, por meio das quais temas também são paulatinamente convertidos em imagens ameaçadoras. Embora estejamos cientes de que esses micro-processos precisam ser considerados em uma explicação sobre *como* as mudanças climáticas foram (in)securitizadas, sua análise, além de demandar capacidades que estão fora do nosso alcance, foge ao escopo da pesquisa. Em nossa análise nos decidimos focar, portanto, apenas no processo discursivo incremental que Huysmans descreve.

foucaultiana de *episteme* ou espectro imaginativo, isto é, aquele *a priori* descrito por Foucault que, em determinada época, “define as condições em que se pode enunciar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro” (Foucault, op. cit *apud* Machado, 2007, p.135). Sob essa ótica, a invocação de uma *rationale* de segurança é diferenciada de um *enunciado* de segurança. A *rationale* é construída historicamente e institucionalizada socialmente, sendo por isso mais estável; mais difícil de mudar. Modulações de segurança de questões políticas, nesse entendimento, podem ser provocadas por um ato de fala securitizante apenas porque esse discurso se sustenta sobre um conjunto particular de regras que são imanentes à prática de segurança e que definem essa prática em suas especificidades (Huysmans, 2006, p.40).³³

Ao demonstrar que percepções de segurança são fruto de uma combinação entre vários discursos que acabou se cristalizando ao longo da história, Huysmans nos permite reintroduzir a complexidade ao estudo do processo de (in)securitização das mudanças climáticas. Como antecipa Foucault (1966), quando compramos essa compreensão epistemológica historicista, a “análise de discursos” se converte em um “mapeamento discursivo”. Nas palavras do filósofo, o discurso passa a ser analisado na sua “dispersão”, sendo constituído mais por “articulações intelectuais, as mais diversas, do que por cursos de ação ou seqüências de acontecimentos” (Foucault, 1966, p.38).

De forma mais concreta, a compreensão epistemológica foucaultiana em que Huysmans baseia a dimensão lingüística do seu processo de modulação nos é útil porque nos permite conceitualizar o tipo de mapeamento a que a pesquisa se propõe. Estudar o discurso de ameaça climática deixa de significar uma busca pela definição de um “sentido original”. Reconhecer que a definição da concepção “verdadeira” da ameaça climática é um processo social infundável - uma matéria em constante negociação – nos encoraja a estudar o discurso de segurança climática em sua *dispersão*, buscando avaliar quais são as concepções do nexo segurança e clima que parecem estar se cristalizando, sem, contudo, presumir haver entre elas uma conotação correta e definitiva do conceito. Nas palavras de

³³ Como Huysmans aponta em *Defining Social Constructivism in Security Studies* (2002), o fato de segurança ser um *thick signifier* explica, por exemplo, porque a estratégia de mobilização de ambientalistas de invocar a *rationale* de segurança geopolítico/militar ao enquadrarem as mudanças climáticas como uma ameaça existencial pode acabar tendo um efeito não esperado, já que invoca um entendimento de segurança que não necessariamente é aquele que os ambientalistas gostariam.

Bigo, (que trabalha com a mesma concepção epistemológica historicista foucaultiana), essa forma de analisar a relação entre os diversos discursos de insegurança climática leva a sério a noção de “política de insegurança” (Bigo, 2008). Abandona, portanto,

(...) the pretence of a fixed normative value of security independently of the actors enunciating the claim, and independently of the context (referent object, historical trajectory, involvement of practices of violence and coercion in the name of protection) (Idem, p.123).

Em suma, do ponto de vista teórico-metodológico, analisar o discurso de ameaça climática sob a ótica da modulação se mostra mais coerente do que pesquisá-lo sob a ótica de macrosecuritização. A noção de modulação nos permite evitar a situação esquizofrênica em que recaem as análises de macrosecuritização, ao rejeitarem como teoricamente inadequado o fato de que os impactos de segurança humana e segurança geopolítica militar do fenômeno são hoje agrupados em um discurso securitário genérico. Quanto à formação da percepção securitária, o conceito de modulação autoriza o argumento de que, mesmo na ausência de práticas excepcionais visíveis, um tema pode ser convertido em uma questão de segurança por meio de sua inclusão discursiva velada em “domínios”, cuja racionalidade é predominante securitária. Quanto ao relacionamento entre as diferentes leituras possíveis do conceito de segurança climática, por fim, a noção de modulação nos permite mapear o discurso sem recair em uma oposição esquemática entre suas dimensões. Como Huysmans afirma, as muitas facetas de discursos de ameaça (climática) refletem não mais do que as diferentes concepções possíveis sobre o tema que coabitam um mesmo *solo epistemológico* e, de cuja articulação, uma compreensão específica poderá eventualmente se institucionalizar (2006, p.25).

2.6

Como mapear discursos difusos? Defesa do método bourdieuniano

O conceito de modulação é um retrato mais fiel da imagem que fazemos do discurso de ameaça climática: um *assemblage* de várias interpretações possíveis do nexo segurança e clima, cada qual exercendo efeitos políticos particulares. Todavia, as explicações oferecidas por Huysmans (2006) sobre o processo de construção dessas percepções de (in)segurança correm ainda em um nível panorâmico, girando em torno de discussões conceituais sobre a necessidade de se considerar a interação entre linguagem e prática, discursos ostensivos e velados, tecnologias e dinâmicas burocráticas. Embora se mostre superior ao conceito de macrosecuritização, assim, o conceito de modulação parece pedir o *complemento* de uma abordagem de pesquisa mais sistemática, que permita converter as premissas metateóricas que o guiam na execução do tipo de mapeamento de discursivo difuso que defendemos. O próprio autor reconhece essa carência na sua discussão que tece sobre como “decompor estruturas discursivas”. Neste trecho, Huysmans reafirma a necessidade de se aterrir a definição metateórica que propõe na execução de pesquisas sociais voltada a avaliar o impacto das práticas discursivas identificadas sobre processos políticos específicos.

Leaving the assertion of the constitutive power of discourse at the meta-theoretical level has a serious weakness, however. It does not tell us anything specific about how to conceptualize the embedding of this discourse in particular social practice (Huysmans, 2006, p. 91).

Na discussão que se segue, defenderemos que o arcabouço metodológico de inspiração bourdieuniana oferece os instrumentos necessários a tal sistematização da pesquisa. Um parêntese que precisa ser feito desde já, porém, é a de que não pretendemos com isso defender uma aplicação *stricto-sensu* do método bourdieuniano. Acreditamos que essa opção é não só infactível como impertinente, tendo em vista que a abordagem sociológica reflexiva construída por Bourdieu não foi pensada com vistas à análise de processos de ideação internacionais. Embora reconhecesse a existência de espaços sociais transnacionais, a demarcação dos limites do campo sempre foi associada pelo sociólogo aos limites do Estado (daí sua opção por limitar suas análises à

sociedade francesa) (Bourdieu, 2008, p.14).³⁴ A dinâmica de campo ligada à definição da percepção de insegurança climática, porém, não aceita esse critério de demarcação estatal. Por representar uma ameaça enquadrada como transnacional, os atores envolvidos na construção do discurso de ameaça climática também se relacionam transnacionalmente. Aplicar o método bourdieuniano para mapear o plano social que se forma em torno do discurso de segurança climática implica necessariamente, portanto, adaptar o arcabouço de análise original para o estudo de controvérsias discursivas envolvendo atores posicionados em diferentes países.

Não obstante, não vemos nessa necessidade de adaptação sinal de fraqueza ou exemplo da inadequação entre a análise proposta e o método selecionado. Pelo contrário, acreditamos que tal postura pragmática condiz com o espírito analítico reflexivo que o Bourdieu sempre defendeu. Bourdieu e Wacquant enunciam esse ponto de forma explícita, quando encorajam o rompimento com os vícios analíticos do “teoricismo” e do “metodologicismo”. Por metodologicismo os autores se referem à tendência por abstrair o método da realidade social estudada (*ab-trahere*, aqui, significando separar).³⁵ O conceito de teoricismo, similarmente, faz alusão à pretensão acadêmica de abordar a realidade social a partir de arcabouços teóricos pré-definidos. Ao incidir nesses equívocos, sustentam os autores, a pesquisa sociológica convencional ignoraria o fato de que teorias e metodologias só fazem sentido quando “reflected upon *in actu*, in the very moment whereby they are deployed to resolve particular questions” (Bourdieu e Wacquant, 1992, p. 28).³⁶

Quando nos permitimos ajustar a aplicação do método bourdieuniano às demandas da pesquisa proposta, portanto, acreditamos estar sendo coerentes com essa compreensão metodológica pragmática. Não obstante, para que possamos

³⁴ Palestrando no Japão, Bourdieu apresentou essa opinião de forma explícita quanto afirma que todo o seu “empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade uma realidade empírica (...)” (Bourdieu, 2008, 14)

³⁵ Por exemplo, ao forçar a aplicação de uma metodologia desenvolvida *a priori*, ao invés de partir do fenômeno social para entender a construção das mudanças climáticas em uma ameaça, Buzan e Waever (2009) chegam ao extremo de negar a securitização do tema.

³⁶ Ao se prender à discussão sobre qual enquadramento do problema é mais correto empiricamente ou normativamente desejável, por exemplo, o debate teórico sobre segurança climática acaba tentando impor a opinião do analista ao fato social que o discurso difuso de ameaça climática representa.

explicar o uso particular que pensamos fazer da abordagem bourdieuniana, é preciso que tenhamos claro primeiro o que constituiria uma aplicação modelo do método. É a essa descrição que dedicaremos a próxima seção.

2.6.1

Detalhando o método bourdieuniano

Para entender o método bourdieuniano, é preciso entender o seu objetivo. A maior preocupação de Bourdieu, ao longo de sua trajetória acadêmica, foi entender o papel que idéias e discursos desempenham na manutenção da ordem social vigente. Em outras palavras, o propósito maior do seu empreendimento sociológico foi entender porque somos levados a pensar como pensamos e como essa forma de pensar nos é inculcada como parte do próprio funcionamento da sociedade, em sua tendência à homeostase. Buscando encontrar respostas para essa indagação, Bourdieu teve de enfrentar o dilema que ainda hoje mantém refém boa parte das ciências sociais: a relação agente / estrutura. Em termos concretos, a noção de uma tensão permanente entre agente e estrutura representa uma alternativa entre duas formas de entender porque o indivíduo age e pensa da forma que age e pensa: sua ação e forma de pensar são formadas individualmente intra-subjetivamente ou são definidas pelo funcionamento da estrutura social que as incute no agente, condicionando o seu *modus vivendi*.

A inovação no pensamento de Bourdieu está em se rebelar contra essa aparente antinomia entre condicionamento estrutural e agência. Todo seu instrumental analítico foi desenvolvido tendo em mente o desejo de permitir análises sociológicas que não tomassem essa oposição como necessária. À questão que ele se propunha – é a estrutura que determina meu modo de pensar ou sou capaz de defini-lo livremente? – Bourdieu procurou responder: os dois! (Bourdieu, 2004). Para o autor, agência e estrutura não são esferas concorrentes do processo de formação ideacional, mas partes de uma mesma engrenagem. O argumento de Bourdieu não trata tanto de sugerir que os dois elementos se combinam, porém, mas em sugerir que há entre a atuação das duas esferas um equilíbrio perfeito. Isto é, agência e estrutura são co-constituídas, sendo impossível determinar entre as dinâmicas qualquer ordem de incidência. Como o

autor resume, não é a subjetividade que explica o social, nem o social que explica a subjetividade (Bourdieu, 2004).

Para explicar como esse processo de co-constituição funciona, Bourdieu desenvolveu a metodologia de campo. Ferramenta conceitual central no esforço do autor por conciliar condicionamento estrutural e agência, o conceito de campo bourdieuniano serve como uma ferramenta analítica que nos permite circunscrever um espaço social delimitado e relativamente autônomo, capturado dentro do espaço social macro (Bourdieu, 2008, p.18). O que Bourdieu procurou alcançar com o conceito de campo foi uma ferramenta conceitual que permitisse representar as linhas gerais do funcionamento da sociedade. Assim como Durkheim (2002) falava de esferas autônomas e Weber (1992) de interação entre burocracias, Bourdieu retrata o social como um espaço macro (uma sociedade como um todo) permeado por uma série de espaços sociais micro. A imagem mais adequada aqui é a de um círculo *recheado* por inúmeros micro-círculos.

É a diferença entre os campos e o plano social macro que permite ao autor conjugar condicionamento estrutural e agência. Campos, para Bourdieu, representam espaços sociais particulares, que operam com regras próprias (Bourdieu e Wacquant, 1992, p.94). Em sua terminologia, muito particular,

(...) a Field may be defined as a network, or a configuration, or objective relations, The positions are objectively defined, in their existence and in the determinations they impose upon their occupants, agents or institutions, by their present and potential situation (situs) in the structure of the distribution of species of power (capitals) whose possession commands access to the specific profits that are at stake in the field (...) (Idem, p.97)

Entendido nesses termos, o posicionamento de um agente no espaço social macro da sociedade pode influenciar o comportamento do agente restringindo o seu acesso a alguns campos, mas uma vez que o agente está dentro do campo em questão, a sua autonomia em relação à estrutura – isto é, a sua agência – é tão maior quanto é o controle que ele tem das regras que orientam o funcionamento desse campo e o domínio que ele detém dos capitais específicos que o campo prevê como critério diferenciador entre seus membros. Mais do que isso, o agente também encontra liberdade de ação no fato de que não é possível estabelecer correlações mecânicas entre o seu posicionamento no plano social macro e sua forma de pensar, uma vez que a sua forma de pensar, única e individual,

representa o somatório dos seus posicionamentos nos inúmeros campos em que o agente circula. Embora a estrutura restrinja sua mobilidade geral, nesses termos, a forma de pensar do agente é explicada somente pela sua trajetória particular.

Partindo dessa representação geral do social, Bourdieu argumenta que a única forma de estudar fenômenos sociais observados no plano social macro é entendendo o funcionamento de alguns campos que tendem a ser compartilhados pela maior parte dos agentes que compõem a sociedade, como, por exemplo, o campo econômico, o campo da cultura, o campo da educação, do gosto musical, das preferências desportivas, e assim por diante. Desvendando a mecânica geral do funcionamento dos campos, sugere o autor, é possível entender como os agentes são levados a se posicionar em cada um deles, criando-se, com isso, condições para que empreendimentos sociológicos conjuntos (daí a centralidade dada pelo autor à figura do intelectual coletivo) possam lançar luz sobre tendências sociais macro (Idem, p.253). Por exemplo, com diferentes pesquisas se dedicando a entender como os agentes são levados a pensar da forma que pensam em relação ao seu gosto musical, predileção estética, preferências para esportes ou quanto ao seu modo de vestir é possível entender qual comunhão de fatores leva alguns a se aglutinarem em torno de regiões particulares do plano social macro; pontos esses que a sociologia convencional entende como “classes” (Idem, 2008, p.24).

O método bourdieuniano começa a ganhar corpo quando Bourdieu procura definir a forma de analisar o funcionamento desses campos. Para permitir a análise sobre como os agentes definem seus posicionamentos em cada uma dessas micro-esferas, a abordagem bourdieuniana antecipa algumas premissas que considera caracterizar a interação social como um todo.³⁷ A primeira premissa é a de que os campos se formam em torno de um interesse comum dos agentes, ou seja, os agentes compartilham uma mesma compreensão do que está em discussão naquele campo (Idem, 1992b, p.60). Esse “*enjeu*” define a identidade do campo. Por exemplo, no campo do gosto musical, o que está em discussão é qual gosto

³⁷ É importante frisar que a sugestão de rigidez dessas premissas analíticas não faz delas axiomas, uma vez que elas são postas à prova quando da execução da análise. Por exemplo, realiza-se uma análise partindo da premissa bourdieuniana de que a posição dos agentes é definida pela sua posse do capital do campo. Caso o resultado encontrado mostre que essa posse de capital não foi determinante quanto ao posicionamento dos agentes, a própria premissa sociológica precisa ser relançada ao debate teórico. Essa reavaliação constante das premissas sociológicas empregadas como ponto de partida da análise, Bourdieu definiu como *compromisso reflexivo*.

musical deve ser valorizado. A essa compreensão intersubjetivamente compartilhada do que está em jogo Bourdieu denomina “*doxa*”.

A segunda premissa é a de que, uma vez que os agentes passam a fazer parte desse campo (*i.e.*, passam a compartilhar a *doxa*), eles não vão discutir o que está em jogo ingenuamente. Pelo contrário, os agentes sociais almejam a que a sua compreensão seja valorizada (Bourdieu, 2004, p.19). Por exemplo, os atores envolvidos no campo da predileção musical buscam sugerir que o seu gosto musical deve ser valorizado. Dessa percepção, Bourdieu deriva a sugestão de que o campo é essencialmente *relacional*. Isto é, os autores se posicionam no campo sempre em relação à posição dos demais agentes que o compõem (Idem, 1992, 224). A idéia que Bourdieu procura expressar com a sua célebre sugestão de que *o real é relacional* é a de que “Society does not consist of individuals; it expresses the sum of connections and relationships in which individual find themselves” (Idem, p.16).

A terceira premissa é diretamente derivada da leitura relacional do mundo social. Para Bourdieu, é lógico presumir que, se todos os agentes estão discutindo o mesmo ponto (compartilham a *doxa*) e todos os agentes aspiram ter razão (caráter relacional do campo), então *ter razão* é um recurso escasso, uma vez que nem todos podem ter razão ao mesmo tempo. Dessa percepção Bourdieu deriva a sugestão de que o campo é marcado por uma disputa por autoridade entre os agentes que o compõem. A esse traço do funcionamento do comportamento dos agentes no campo Bourdieu denomina *vontade de reconhecimento*.³⁸ De fato, a idéia central aqui é que “existir em um espaço, ser um ponto, um indivíduo em um espaço, é diferir, ser diferente; ou, de acordo com a fórmula de Benveniste ao falar da linguagem, ‘ser distintivo, ser significativo, é a mesma coisa’” (Idem, 2008, p.23).

A quarta premissa bourdieuniana sobre o funcionamento dos campos, por fim, pode ser decomposta em dois pontos: primeiro, se os agentes envolvidos na dinâmica de campo disputam autoridade, é preciso haver um critério de concessão

³⁸ As premissas de relacionalidade e vontade de reconhecimento bourdieuniana são os pontos de matriz mais claramente filosófica no pensamento do autor. Bourdieu deriva essa pressuposição da sua compreensão sobre a filosofia social bachelardiana, que toma como premissa a idéia de que o pensamento não existe em si só. Isto é, o pensamento é sempre sobre alguma coisa, o que presume a necessidade de um outro. A identidade humana é formada sempre pela relação entre o eu que pensa e o objeto pensado. Ver, a esse respeito, “O real é relacional: uma análise epistemológica do estruturalismo gerativo de Pierre Bourdieu”, de Frédéric Vanderbergh (rascunho não datado).

de autoridade que permita determinar qual dele está com a razão. Segundo, dado que as preferências dos agentes são produtos da dinâmica de campo, esse critério de concessão de autoridade também deve ser visto como produto do campo. Ou seja, são os próprios agentes sociais que decidem qual é o critério de concessão de autoridade no campo. Ao mesmo tempo em que é marcado por uma disputa pela posse dessa capacidade distintiva, portanto, o campo também é arena de uma disputa para determinar qual é o critério de diferenciação entre os agentes (Idem). Por exemplo, se está em disputa qual gosto musical é mais valorizado e se o critério de julgamento é a posse de formação como músico, então a formação como músico é o elemento distintivo que permite aos agentes determinarem com autoridade qual gosto musical deve ser valorizado. Mesmo esse critério de diferenciação – posse de formação como músico – pode ser questionado pelos agentes que não o detém, porém, em favor de um critério de julgamento mais condizente com as suas capacidades. Essa autoridade para “ter razão” é associada à posse do que Bourdieu define como *capital do campo*.

Pelo cruzamento entre a posição que os autores guardam no plano social macro (em função do volume do capital do campo que detém) e o seu posicionamento nos campos micros em que participam (cada qual valorizando um tipo de capital particular), Bourdieu procura estabelecer homologias entre posições constantes, que nos permitam capturar disposições enraizadas nos agentes e antecipar a localização destes no plano das tomadas de posição sociais. A essas homologias Bourdieu define como *habitus* (Bourdieu e Wacquant, 1992, p.115). O exercício de capturar *habitus* representa, portanto, uma comparação entre mapeamentos do plano social em diferentes momentos temporais: primeiro realiza-se um mapeamento do plano social em um momento T0 e verifica-se que tal mapeamento encontra uma concentração de agentes com a trajetória X em torno do ponto W do plano social. Em um segundo momento, repete-se tal mapeamento. Comparam-se, então, as concentrações de agentes verificadas em T0 e T1. As correlações que se mostrarem constantes representam predisposições sociais; *habitus*. No seu estudo *A distinção*, por exemplo, Bourdieu procura demonstrar a existência de uma homologia entre o posicionamento dos atores no campo cultural e suas disposições para o gosto musical. Agentes historicamente posicionados em um *lócus* favorecido em termos de capital econômico e cultural demonstraram ter preferência por música clássica, enquanto essa disposição se

mostrou menos freqüente em grupos posicionados em *situs* menos favorecidos econômica e culturalmente (Bourdieu, 1979).³⁹

Do ponto de vista estritamente metodológico, o desejo inicial de Bourdieu de desenvolver um instrumental de análise que lhe permitisse fugir à oposição entre agência e estrutura o levou a construir um método de análise empírica que passa por três movimentos:

Em primeiro lugar, devemos analisar a posição do campo em questão em relação ao campo [macro] das relações de poder. (...) Em segundo lugar, devemos estabelecer a estrutura das relações objetivas entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições que estão competindo neste campo. (...) Em terceiro lugar, devemos analisar os “habitus” dos agentes, os diferentes sistemas de disposição que tenham adquirido através da interiorização de um tipo particular de condições sociais e econômicas (...) (Bourdieu, 1992, p. 78-80)

A “praxeologia” que daí se deriva consiste, portanto, em: primeiro, se posicionar os agentes no gráfico que representa o campo analisado em função de suas tomadas de posição ideacionais; segundo, distribuir os mesmos agentes identificados por esse mapeamento discursivo ideacional em um segundo gráfico sinóptico, no qual eles são posicionados em função do *portfólio* dos capitais do campo que detêm; terceiro, em comparar as correlações encontradas entre as tomadas de posição ideacionais dos agentes e suas posições no plano de capacidades.

Na prática, o que Bourdieu está sugerindo é a adoção de um método que procura *fora do discurso* as condições definidoras das compreensões discursivas que os agentes assumem. Bourdieu é levado a essa posição primeiro em razão da sua herança filosófica *marxiana*, que o impulsiona a trazer de volta à análise sobre formações ideacionais, as influências desempenhadas por contingências materiais.⁴⁰ Um segundo impulso vem da sua crítica às análises de discurso

³⁹ Mais do que simplesmente destacar diferenças de classe, segundo Bourdieu, essa diferenciação de gostos está ligada à disputa por autoridade dentro da sociedade para valorizar manifestações culturais: só quem aprecia música clássica consegue circular nos *metiês* de alto nível, assim como só quem frequenta os altos círculos é considerado como possuindo um gosto musical digno de crédito. Em suma, a disposição social (neste caso, o gosto musical) reverbera uma posição social privilegiada, ao mesmo tempo em que essa posição social privilegiada contribui para fortalecer o potencial distintivo derivado dessa disposição.

⁴⁰ Bourdieu nunca aceitou o rótulo de marxista, preferindo, em seu lugar, a expressão *marxiano* (Bourdieu, 1997, p.44). O jogo de palavras tem o objetivo de diferenciar sua posição da leitura da obra de Marx que Bourdieu entendia como demasiado esquemática, favorecendo a parcela política do seu trabalho e enfatizando o papel das idéias em reproduzir a ordem social de mais valia capitalista. A leitura marxiana a que Bourdieu se filia é aquela que lê o Marx filósofo da prática, que em suas *Teses a Feuerbach* antecipa a ojeriza bourdieuniana a antagonismos convencionais,

convencionais, que Bourdieu entende reproduzirem a *episteme* da época, ao buscarem derivar do próprio discurso as razões que levaram os agentes a caracterizarem os fenômenos da forma com que o fazem. Bourdieu expõe com clareza esse argumento em *Homus Academicus*, quando afirma ser

(...) uma abstração injustificável procurar a fonte do entendimento da produção cultural nestas próprias produções, consideradas isoladamente, afastadas das suas condições de produção e utilização, como pretenderia a análise rasa do discurso que, situada na fronteira da sociologia e da lingüística, cai acidentalmente em formas indefensáveis de análise interna (1987, p. XVII).

Apresentada em termos bourdieunianos, em suma, a dimensão empírica da nossa pesquisa pretende executar a primeira das três etapas previstas pelo seu método sociológico. Tomando como campo em estudo o plano social que se forma em torno das diferentes interpretações possíveis dos impactos de segurança das mudanças climáticas, procuraremos identificar os principais atores que ali atuam, bem como posicioná-los nesse plano discursivo em função das interpretações que oferecem da *doxa*. Procuraremos, portanto, mapear as tomadas de posição ideacionais dos diferentes agentes envolvidos no debate que forma o discurso genérico de ameaça climática e posicioná-los em relação uns aos outros.

Não procuraremos nessa pesquisa avançar a aplicação do método bourdieuniano além do mapeamento do plano discursivo. Consideramos que a pretensão de mapear as posições dos agentes no plano de capitais não só extrapola em muito *as nossas capacidades*, como foge à proposta analítica maior da dissertação: empregar esse mapeamento do debate sobre segurança climática como referência empírica para refletir sobre os desdobramentos políticos e conceituais do cenário de novos riscos incomensuráveis. O trabalho reconhece como ambição empírica, portanto, posicionar os agentes no plano social que se forma do tratamento discursivo que estes dão às implicações de segurança das mudanças climáticas.

sugerindo que a distinção entre material e discursivo em termos antagônicos impede a filosofia (da época) de perceber como impulso subjetivo e constrangimento material estão sempre combinados na produção da *práxis* humana. Com a agência e a estrutura de Bourdieu, o subjetivo e o material do Marx filósofo são co-constituídos, mesmo quando a ostensividade do material nos cega ao papel desempenhado pelo subjetivo ou a ostensividade do subjetivo nos impede de reconhecer a influência velada, às vezes mesmo inconsciente, que o constrangimento material desempenha. Ver Marx, 1845. Disponível em: < <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso: 02 de junho de 2010

2.6.2

Desenho de pesquisa: o método bourdieuniano como “caixa de ferramentas”

Para executar esse mapeamento, vamos nos valer da adaptação do método bourdieuniano para o estudo de temas transnacionais, desenvolvida, entre outros autores, por Anna Leander (2004, 2008), Didier Bigo (2002, 2005, 2006, 2008) e Trine Villumsen (2007, 2008). Tendo como instrumento-chave o conceito de espaço social (campo) desenvolvido por Bourdieu, o propósito maior desses estudos tem sido executar mapeamentos empíricos de espaços sociais transnacionais, nos quais agentes convencionais e não convencionais interagem na definição dos tratamentos discursivos impressos a temas centrais da política internacional contemporânea.⁴¹ Villunsem, por exemplo, procura mapear as tomadas de posição dos agentes de segurança europeus envolvidos na construção do discurso de “paz democrática” (Villunsem e Büguer, 2007). Bigo, por sua vez, aplica o método de campo para mapear a contribuição destes mesmos agentes para a definição social dos discursos sobre a segurança européia. Sua pesquisa aponta a formação de um discurso genérico de “Europa ameaçada”, em que os atores oscilam entre uma apresentação da situação que retrata o continente como um forte a ser protegido da invasão de estrangeiros (*Europe as a fortress*) e uma apresentação que enquadra a Europa como uma peneira (*Europe as a sieve*), que enfatiza o combate ao “inimigo infiltrado” (Bigo, 2005).

Como já mencionado, a metodologia bourdieuniana foi pensada tomando o Estado com unidade de análise. Para o estudo de dinâmicas de campo que extrapolam os limites estatais, em função disso, a aplicação do método suscita ainda uma série de indagações. A solução que os autores supracitados têm dado às ambigüidades inerentes à transposição do pensamento de Bourdieu para as Relações Internacionais tem sido tratar o método como uma “caixa de ferramentas”, em vez de um arcabouço de análise monolítico (Jackson, 2008; Leander, 2008). Sob essa lógica, os conceitos de campo, *habitus* e capitais desenvolvidos por Bourdieu são empregados como diretrizes metodológicas mais do que como passos a serem seguidos, sendo seu uso ajustado às demandas da pesquisa em questão.

⁴¹ Para uma revisão bibliográfica sobre aplicações do método bourdieuniano às Relações Internacional, ver *Praxeology: practical turn(s), academia and the worlds of International Relations*. Disponível em: < <http://practice-theory.net/> >. Acesso em: 04 de junho de 2010.

A polêmica mais relevante que se forma quando da aplicação do método em escala extra-estatal diz respeito à definição dos limites do campo estudado. A opção de autores como Bigo e Villunsem por empregar o conceito de *espaço social* no lugar do conceito de *campo* é uma resposta deliberada a essa problemática. O uso do verbete mais genérico tem para eles a finalidade de representar o abandono da própria pretensão de demarcação. Como esses autores antecipam, a aplicação da abordagem de campo bourdieuniana para o estudo de espaços sociais transnacionais não deve ter a esperança de delimitar de forma definitiva o campo em questão. O que se pode esperar da pesquisa é que esta estabeleça os *contornos gerais* deste espaço social, visando mais exemplificar as relações entre os agentes que o compõem do que a oferecer conclusões absolutas sobre seu funcionamento (Villunsem, 2007). Nas palavras de Bigo,

(...) what is essential is not to exhaustively name these agents but to discern and analyse what holds these different constituent parts together, what makes them enter into competition for a set of stakes that they had never previously recognized when they were indifferent to each other (Bigo, 2006, p.30).

É com essas qualificações em mente que antecipamos, agora, os passos que pretendemos obedecer na execução da parcela empírica da dissertação. Da vasta gama de ferramentas analíticas que Bourdieu nos oferece, faremos uso do seu conceito de espaço social (campo) e do seu comprometimento com uma abordagem metodológica politeísta.

Quanto ao primeiro elemento, as etapas de pesquisa que Bourdieu defende para o mapeamento de planos discursivos nos parece adequado ao exercício proposto. Tendo estabelecido duas questões definidoras da discussão sobre segurança climática, nossa pesquisa consistirá em posicionar os agentes em função das suas opiniões, distribuindo-os em um eixo horizontal (capítulo 3) e vertical (capítulo 4), cuja combinação nos permite construir um plano cartesiano que serve como representação sinóptica da polêmica em questão (conclusão). Como antecipamos na introdução, após a construção de cada eixo, vamos analisar a compatibilidade entre os resultados encontrados e as teses do debate teórico que versa sobre os impactos políticos e conceituais da (in)securitização das mudanças climáticas. Além do seu potencial ilustrativo óbvio, essa forma de esquematizar a pesquisa em termos de um plano cartesiano nos parece útil porque permite

capturar insumos para a análise a partir do cruzamento entre as posições dos agentes em cada uma das dimensões discursivas selecionadas como definidoras dos eixos. Isto é, em vez de tratar de forma não conectada as opiniões dos agentes sobre a caracterização e as respostas à ameaça climática, a representação do mapeamento discursivo em termos de um plano social nos permite considerar suas tomadas de posição como um todo relacionado. Uma análise de discurso convencional nos privaria dessa visão holística, por operar com uma decomposição estanque do debate.

Quanto à segunda ferramenta bourdieuniana empregada, o compromisso metodológico politeísta representa a postura que pretendemos seguir para definir os pontos centrais do discurso, necessários à construção do plano social. A noção de politeísmo metodológico sintetiza a crítica antimetodologicista e antiteoricista de Bourdieu e Wacquant (1992, p.28). Em termos práticos, significa que vamos rejeitar como ponto de partida do nosso mapeamento qualquer leitura preconcebida sobre a posição provável dos atores selecionados, bem como procuraremos derivar apenas da análise dos seus discursos as nuances discursivas que determinam a variação entre suas posições no campo em questão. Adotar a postura metodológica politeísta significa, em suma, que nos comprometemos a desenvolver *in actu* os critérios de posicionamento dos atores nos eixos discursivos que formam o plano social criado em torno das interpretações possíveis dos impactos de segurança das mudanças climáticas.

A análise a que passaremos agora pode ser representada, nesses termos, como a interpretação de um gráfico, cujos eixos capturam as linhas gerais das tomadas de posição dos agentes sobre o tema da ameaça climática. Contrastando a imagem final encontrada pelo cruzamento dos dois eixos podemos capturar as correlações que existem entre as descrições que os agentes dão à ameaça climática e as premissas sociopolíticas que definem o seu modo de pensar. “As distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais”, resume Bourdieu (2008, p.19).